

MANUAL DO FARMACÊUTICO NA SAÚDE MENTAL

Atuação em equipe multiprofissional

Escola de
Saúde Pública
de Palmas

Secretaria
Municipal
de Saúde

PALMAS
PREFEITURA

CRF TO
CONSELHO
REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO TOCANTINS

TRABALHO EM PARCERIA COM:
GTT DE **SAÚDE PÚBLICA**
CRF TO

MANUAL DO FARMACÊUTICO NA SAÚDE MENTAL

Elaborado por:

Juliana dos santos Nunes

Farmacêutica especialista em Saúde Mental

Revisado por:

Maykon Jhuly Martins de Paiva

Farmacêutico, professor, pesquisador em ciências farmacêuticas e conselheiro federal.

Lista de abreviatura e siglas

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CFF - Conselho Federal de Farmácia
PTS - Projeto Terapêutico Singular
POP - Procedimento Operacional Padrão
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
SUS - Sistema Único de Saúde
TR - Técnico de Referência

SUMÁRIO



01 **Apresentação**

02 **Atribuições gerais**

07 **Atribuições Específicas**

12 **Referências**

Apresentação

Produto técnico elaborado como resultado da análise das normativas vigentes que regulamentam a prática farmacêutica nos serviços de saúde mental, apresentadas no artigo científico “A atuação do farmacêutico na equipe multiprofissional em serviços de saúde mental: uma análise normativa”. O referido artigo evidenciou as atribuições clínicas do farmacêutico, bem como suas atribuições gerenciais e educativas, sendo fundamentais para a qualificação do cuidado em saúde mental em sua integralidade.

Diante disso, esse manual é de caráter orientador, baseado em legislações, diretrizes do SUS, resoluções do Conselho Federal de Farmácia e literatura científica. Tem como objetivo reunir o conhecimento científico e normativo em orientações práticas, além de apoiar o exercício profissional ético, crítico e comprometido com os princípios da Reforma Psiquiátrica, contribuindo para o fortalecimento do farmacêutico na RAPS, especificamente nos CAPS.

O farmacêutico que atua na saúde mental desempenha atribuições inerentes à profissão, comuns a diferentes campos de atuação, e outras que são específicas desse contexto de cuidado, decorrentes das particularidades do cuidado e da organização do serviço.

Atribuições gerais do farmacêutico

Cuidado centrado no paciente

Falar em cuidado centrado no usuário é enxergar o indivíduo em sua integralidade. Aprendemos a cuidar de sintomas e diagnósticos, mas na saúde mental devemos observar todos os aspectos biopsicossociais. Nesse cuidado, reconhece-se que o usuário é protagonista do seu processo terapêutico e que as ações só fazem sentido quando construídas junto com ele.

Cuidar de forma centrada no usuário significa respeitar sua autonomia, seu tempo e suas escolhas, mesmo quando elas desafiam práticas tradicionais ou protocolos rígidos. É compreender que o tratamento não se reduz ao uso de medicamentos, mas envolve relações, território, condições sociais, afetivas e culturais que atravessam o sofrimento psíquico. Nesse sentido, o cuidado se constrói no diálogo, na corresponsabilização e na produção de vínculos.



Atribuições gerais do farmacêutico



Acompanhamento farmacoterapêutico

Usuários dos serviços de saúde mental, em geral, fazem uso contínuo de medicamentos psicotrópicos, sendo frequente a presença de esquemas terapêuticos complexos e de polifarmácia. Nesse contexto, torna-se fundamental o acompanhamento da **farmacoterapia**, com **monitoramento de efeitos adversos, identificação de interações medicamentosas** e desenvolvimento de ações de **farmacovigilância**.

Promoção do Uso racional de medicamentos

Devido ao uso frequente de medicamentos e à possibilidade de polifarmácia, o cuidado com os psicofármacos precisa ser redobrado. Ainda existem muitos **estigmas** relacionados ao uso desses medicamentos, o que pode dificultar a adesão ao tratamento e comprometer a melhoria da qualidade de vida do usuário. Além disso, é comum que o usuário não compreenda completamente o seu tratamento medicamentoso nem a importância de seguir corretamente o que foi prescrito. Nesse contexto, o papel do farmacêutico está diretamente relacionado à **segurança** do paciente e à **eficácia** do tratamento, por meio da orientação adequada, do acompanhamento do uso dos medicamentos e do apoio ao usuário no cuidado com sua saúde.

Atribuições gerais do farmacêutico



Avaliação de prescrição

A avaliação da prescrição é uma etapa fundamental do cuidado, pois funciona como uma importante barreira de **segurança** para o usuário. Por meio dessa avaliação, é possível identificar possíveis erros, doses inadequadas, interações medicamentosas, duplicidades terapêuticas e riscos relacionados ao uso simultâneo de diferentes medicamentos. Esse cuidado faz parte da integralidade do cuidado e do trabalho em equipe, preconizado pela Reforma Psiquiátrica.

Registro dos atendimentos

Todo atendimento e serviço prestado devem ser registrados no prontuário do paciente. Essa prática é regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 555/2011, que estabelece a necessidade de que as informações estejam devidamente registradas e disponíveis, garantindo a **rastreabilidade** e o **respaldo** das intervenções farmacêuticas. Além disso, o registro contribui para o trabalho em equipe multiprofissional e assegura a confidencialidade das informações do usuário.



Atribuições gerais do farmacêutico

Educação em saúde

A educação em saúde é fundamental. Todos os profissionais são **corresponsáveis** por oferecer **informações seguras**, coerentes e alinhadas ao tratamento, evitando orientações contraditórias que possam gerar insegurança ao usuário. A educação em saúde pode ocorrer em diversos momentos, como nas reuniões de equipe, nas discussões de casos, nas atividades em grupo, nas visitas domiciliares e nas ações coletivas desenvolvidas no território. Esses espaços favorecem a troca de saberes entre os profissionais, fortalecem o cuidado compartilhado e contribuem para que o usuário receba orientações claras, consistentes e compreensíveis.

Elaboração de documentos institucionais

Em muitos serviços de saúde ainda não há instrumentos normativos devidamente estabelecidos que **orientem** a atuação do farmacêutico. Isso ocorre, em parte, porque a inserção do farmacêutico nesse campo é relativamente recente, o que resulta na escassez de documentos específicos que organizem suas práticas no cotidiano do cuidado. Diante desse cenário, torna-se comum que o farmacêutico participe ativamente da elaboração de POPs, manuais, fluxos e protocolos.

Atribuições gerais do farmacêutico

Equipe Multiprofissional

O cuidado em saúde mental é construído a partir de uma perspectiva **multidisciplinar, integral e compartilhada**, na qual o trabalho da equipe multiprofissional é fundamental para atender às diferentes necessidades dos usuários. Cada categoria profissional contribui com seus saberes e práticas, permitindo a construção de um cuidado mais amplo, singular e alinhado ao contexto de vida de cada pessoa. Nesse processo, são frequentes os momentos de troca e articulação entre os profissionais, como as discussões de casos, os atendimentos compartilhados, as reuniões de equipe e o planejamento terapêutico, que fortalecem o cuidado coletivo e qualificam as decisões tomadas em conjunto.



Atribuições específicas na saúde mental

Consulta farmacêutica em saúde mental

A consulta farmacêutica na saúde mental é um espaço qualificado para o acompanhamento do uso de psicofármacos, permitindo avaliar a efetividade do tratamento, identificar reações adversas, interações medicamentosas e dificuldades no uso dos medicamentos. Para que essa consulta aconteça de forma ética e resolutiva, é fundamental que sejam garantidas condições adequadas de privacidade e confidencialidade, em ambiente reservado, que favoreça a escuta, o vínculo e a expressão das dúvidas e experiências do usuário.



Atribuições específicas na saúde mental

Projeto Terapêutico Singular

O PTS é uma ferramenta construída coletivamente pela equipe multiprofissional com o objetivo de promover a autonomia, o protagonismo e o reconhecimento da singularidade do sujeito no seu plano de cuidado. Sua elaboração considera não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões sociais, culturais, familiares e territoriais que atravessam a vida do usuário. Ele é construído a partir da escuta qualificada do usuário, do levantamento de suas necessidades e demandas, da discussão coletiva do caso pela equipe, da definição conjunta de objetivos terapêuticos e da pactuação das ações a serem desenvolvidas, respeitando o tempo e as escolhas do sujeito. Trata-se de um **instrumento dinâmico**, que deve ser constantemente avaliado e reformulado de acordo com a evolução do cuidado e com as mudanças no contexto de vida do usuário. Importante ressaltar, é primordial que o usuário faça parte dessa construção.



A **escuta qualificada** é uma forma de ouvir o usuário de maneira atenta, respeitosa e sem julgamentos, considerando não apenas o que é dito. Permite compreender o sujeito de forma integral, fortalecendo o vínculo e orienta a construção de um cuidado mais adequado.

Atribuições específicas na saúde mental

Desmame de psicofármaco

Auxiliar no processo de desmame de psicofármacos é uma atribuição importante do farmacêutico no contexto de saúde mental, especialmente no caso de medicamentos com potencial de causar tolerância e dependência. Essa atuação envolve **acompanhar** de forma cuidadosa a redução ou interrupção gradual do uso desses medicamentos, sempre em articulação com a equipe multiprofissional. O farmacêutico contribui **orientando** o usuário sobre o processo de desmame, **monitorando** possíveis efeitos adversos e sinais de abstinência, além de apoiar a equipe na tomada de decisões relacionadas à segurança do tratamento.

Redução de danos

A redução de danos é uma abordagem que busca minimizar os riscos e impactos negativos relacionados ao uso de substâncias, respeitando as escolhas, o contexto de vida e o tempo de cada usuário, muito presente na saúde mental. Em vez de exigir a interrupção imediata de comportamentos, essa abordagem prioriza a construção de **alternativas mais seguras**. Assim, o farmacêutico auxilia orientando sobre o uso mais seguro dessas substâncias, identifica riscos associados à farmacoterapia e elabora medidas de segurança junto ao paciente priorizando a sua autonomia.

Atribuições específicas na saúde mental

Ações coletivas

Faz parte do papel dos integrantes da equipe multiprofissional promover ações coletivas que ampliem o cuidado para além do atendimento individual, fortalecendo vínculos e estimulando a participação dos usuários. Essas ações podem ocorrer por meio de **grupos terapêuticos, rodas de conversa, oficinas educativas**, atividades de educação em saúde, campanhas de **promoção da saúde mental**, encontros com familiares e ações desenvolvidas no território.

O tratamento em saúde mental preconiza a utilização de abordagens em grupos terapêuticos como estratégia fundamental de cuidado.

Visitas domiciliares

As visitas domiciliares são uma prática comum no SUS porque permitem que o cuidado ultrapasse os limites institucionais e se aproxime do contexto real de vida do usuário. Ao entrar em sua residência, o profissional consegue compreender de forma mais ampliada as dinâmicas familiares, as condições socioeconômicas, os vínculos estabelecidos e os fatores do território que influenciam o sofrimento psíquico e a adesão ao tratamento, especialmente para aqueles que apresentam dificuldades de acesso aos serviços ou maior vulnerabilidade social.

Atribuições específicas na saúde mental

Técnico de Referência

O TR exerce papel central na **organização do cuidado** do usuário, sendo responsável por acompanhar de forma longitudinal o usuário, articular o PTS e garantir a continuidade do cuidado na rede. É responsável pelas atribuições citadas nesse material, como o acolhimento e a escuta qualificada, o vínculo com o usuário e a família, a mediação entre os diferentes pontos da RAPS, o acompanhamento da adesão ao tratamento, a realização e o planejamento de visitas domiciliares, bem como o monitoramento das necessidades clínicas e psicossociais. Além disso, o TR pode assumir responsabilidades como a **articulação intersetorial** (saúde, assistência social, educação e justiça), a coordenação de reuniões de equipe para discussão de casos, o registro e atualização das informações no prontuário, o estímulo à autonomia do usuário e à participação em atividades terapêuticas e comunitárias, contribuindo para um cuidado integral, humanizado e centrado no usuário.

Matriciamento

O matriciamento é uma **estratégia de apoio** técnico e pedagógico em que a equipe da atenção especializada apoia e capacita as equipes de referência, qualificando o cuidado no território por meio de discussões de casos e ações conjuntas.



Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Define e classifica os Centros de Atenção Psicossocial e estabelece normas de funcionamento. Diário Oficial da União, Brasília, 20 fev. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html.

Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Diário Oficial da União, Brasília, 24 dez. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

CHIAVERINI, D. H. et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. 236 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saude_mental.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 555, de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 5 dez. 2011. Disponível em: <https://www.cff.org.br>. Acesso em: 3 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico. Diário Oficial da União, Brasília, 25 set. 2013. Disponível em: <https://www.cff.org.br>. Acesso em: 3 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 724, de 29 de abril de 2022. Institui o Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Diário Oficial da União, Brasília, 2 maio 2022. Disponível em: <https://www.cff.org.br>. Acesso em: 3 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 6, de 20 de fevereiro de 2025. Regulamenta a atuação do farmacêutico na saúde mental. Disponível em: <https://www.cff.org.br>. Acesso em: 8 jan. 2026.



Escola de
Saúde Pública
de **Palmas**

Secretaria
Municipal
de **Saúde**

PALMAS
PREFEITURA

CRF TO
CONSELHO
REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO TOCANTINS